

Matheus Alves do Nascimento

**Legitimidade da Defensoria
Pública para suscitar o incidente
de deslocamento de competência:
por mais um instrumento na
defesa dos direitos humanos**

COLEÇÃO
Escrevendo a
Defensoria Pública

COORDENAÇÃO

**Caio Paiva e
Franklyn Roger**

2018

2
volume

EDITORA
CEI

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
NOTA DOS COORDENADORES	9
INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1 - DIREITOS HUMANOS: UMA BREVE INTRODUÇÃO	14
1.1. Afinal, o que são direitos humanos?.....	14
1.2. Princípios de aplicação e interpretação dos direitos humanos: da necessidade de um duplo controle de convencionalidade.....	18
1.3. A responsabilidade internacional do Estado por violações a direitos humanos: a atuação da Comissão e da Corte Interamericanas de Direitos Humanos	25
Capítulo 2 - INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA..	32
2.1. Histórico e justificação do IDC: a salutar concorrência institucional na defesa dos direitos humanos	32
2.2. Conceito, natureza jurídica e características do IDC.....	38
2.3. Críticas, problemas e possíveis soluções.....	41
Capítulo 3 - DEFENSORIA PÚBLICA	56
3.1. Evolução histórica e legislativa: a construção do modelo brasileiro de Defensoria Pública	56
3.2. O papel da Defensoria Pública na promoção e na defesa dos direitos humanos: a quinta onda renovatória de acesso à justiça	67
3.3. Novas formas de atuação da Defensoria Pública: uma contribuição doutrinária.....	81
Capítulo 4 - LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA SUSCITAR O INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA	84
4.1. Da expansão da tutela de direitos humanos pela Defensoria Pública da União: o Defensor Nacional e os Defensores Regionais de Direitos Humanos	84

4.2. Próximo passo: conferir legitimidade ao Defensor Público-Geral Federal para apresentar incidente de deslocamento de competência	90
4.2.1. Dados Estatísticos	91
4.2.1.1. A evolução do controle abstrato de constitucionalidade: um comparativo entre antes e depois da promulgação da Constituição de 1988.....	92
4.2.1.2. Estatísticas sobre o Incidente de Deslocamento de Competência	96
4.2.2. Propostas de Emenda Constitucional para alteração do art. 109, § 5º, da Constituição	99
4.2.3. Nossa proposta de substitutivo de Proposta de Emenda à Constituição e de regulamentação infraconstitucional do Incidente de Deslocamento de Competência	101
4.3. Aspectos positivos e negativos do “novo” IDC: por uma litigância estratégica em Direitos Humanos	111
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
ANEXOS - PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE ESTATÍSTICAS DO USO DO INCIDENTE DE DESLOCAMENTO PELA PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA, PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO.....	137